

# Multiner S.A.

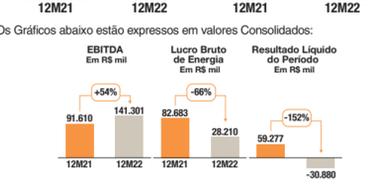
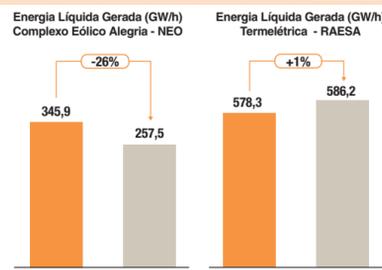
Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

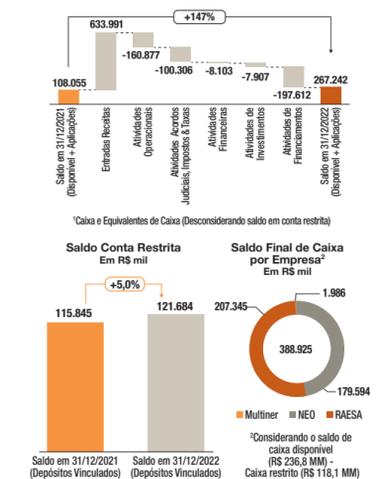
**1. Sobre o Relatório:** A Multiner S.A. (a "Multiner" ou "Companhia") apresenta o Relatório de Administração e as respectivas informações contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme o Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), de acordo com o requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007. Exceto onde indicado o contrário, as informações são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de Reais ("R\$") e incluem as controladas diretas e indiretas da Companhia e suas respectivas filiais, se for o caso. Em atendimento à regulamentação aplicável e às melhores práticas de governança corporativa, a Companhia disponibiliza as informações através da área de Relações com Investidores, pelo e-mail (ri@multiner.com.br), no site corporativo (www.multiner.com.br) e por relatórios trimestrais e anuais enviados para a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") disponíveis no site www.cvm.gov.br.

**2. Mensagem da Administração:** A Diretoria, na constante busca de melhoria, vem aprimorando seus controles e melhorando os sistemas de gestão operacional e administrativo, melhorando as aplicações de controles internos com o uso de softwares que possibilitam maior confiabilidade nos registros e processos contábeis, fiscais e financeiros. A Companhia visa a total transparência e segurança das informações. Nesse sentido, há forte atuação na gestão de Compliance, evidenciado pelo Código de Ética, auditorias periódicas, canal de denúncia, relatórios de controles internos, normas e políticas, dentre outros. Em 2021 visando aprimorar o sistema de gestão de qualidade, foi implantado o Pedido de Deliberação da Diretoria (PDD), que tem como objetivo formalizar, dentro dos parâmetros de competência estabelecidos tanto pelo Acordo de Acionistas como pelo Estatuto Social, todas as decisões de natureza estratégica da Companhia, considerando o levantamento de todas as informações históricas de contratação anteriores, cotação de mercado pela equipe de suprimentos, análise orçamentária pelo planejamento financeiro, regularidade jurídica e análise de due diligence pelo compliance, sempre com o foco nas boas práticas de mercado e para assegurar o cumprimento do Estatuto Social. Em 2022, tal procedimento foi aperfeiçoado para que estivesse integrado dentro do ERP, trazendo maior segurança e agilidade na tomada de decisão pela Administração. Algumas ações estratégicas, como por exemplo, as negociações avançadas com o BNB, os quais poderão trazer retorno financeiro à NEO. Esta oportunidade de negociação tem como principal propósito reduzir as dívidas da Companhia e um consequente aumento do caixa no futuro. No que diz respeito à operação Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA"), foi mantido o ótimo desempenho operacional durante o ano de 2022, tendo apresentado performance RECOFRE de índice médio de atendimento do contrato de 103,0%. Sua geração líquida se manteve acima da obrigação contratual, atingindo 66,9 MW médios. Foi o ano em que a RAESA entregou a maior geração em toda sua vida operacional de 586,2 GWh/ano. A New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") agravada pelo preço na bolsa de energia em 2021, apresentou um desempenho abaixo do contratado. A menor geração ocorreu em função da indisponibilidade das turbinas devido às falhas de pás. Apesar do sério problema, a Companhia atuou fortemente no sentido de solucionar este grave problema, sendo certo que ao final de 2022, todas as turbinas voltaram a operar, tendo sido solucionada a falha apresentada pelas pás. A receita líquida acumulada do período dos últimos 12 meses, foi inferior em 9% comparado ao mesmo período do ano anterior. O lucro bruto acumulado também foi inferior se comparado ao ano anterior, ambos devidos aos reflexos ocorridos principalmente pela glosa decorrente do ano de 2021. Um dos principais desafios da Diretoria atual são as negociações das dívidas. Na NEO, os contratos encontram-se adimplentes e segundo a curva de amortização vigente. Na RAESA, os contratos das dívidas encontram-se adimplentes, sendo que com a Fundação Celos, estão conforme curva de contrato vigente, contudo com as Fundações Prece e Postalis, estão em virtude do "stand still" que está sendo pago mensalmente. A Diretoria continua em tratativas para renegociar as dívidas da RAESA, sendo que ainda não foi possível concluir o acordo entre as partes. O plano de reestruturação foi apresentado aos credores, discutido amplamente e atualmente com as Fundações. Novos esforços serão feitos no primeiro semestre deste ano para equacionar esta situação, visto que, apesar da RAESA apresentar um desempenho excepcional durante o ano de 2022, o montante financeiro gerado até o final do PPA não será suficiente para pagamento das suas dívidas financeiras.

**3. Governança Corporativa: Estrutura de Governança:** A Administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração é composto por cinco membros, com mandatos de um ano e a Diretoria, por até cinco membros, com mandatos de dois anos, tendo atualmente 2 integrantes em exercício. Adicionalmente, a Companhia mantém um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros, com mandatos de um ano. Há outros comitês, como o de Ética. Para conhecer as competências e os currículos dos Conselheiros e Diretores Executivos da Companhia, consulte o site www.multiner.com.br, na seção Relações com Investidores. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no seu Estatuto Social, reúne-se Ordinariamente, no mínimo, a cada três meses, em dia que vier a ser definido pelo próprio Conselho de Administração e, extraordinariamente, sempre que convocados por seu Presidente ou Vice-Presidente ou por, no mínimo, dois de seus Conselheiros. Em dezembro de 2022, foi aprovado um calendário de reuniões do Conselho de Administração para o ano de 2023 com sugestão de uma agenda temática, a qual foi seguida pelos Conselheiros, com algumas inclusões necessárias. No ano de 2022 foram realizadas 11 reuniões para deliberações. No ano de 2023, o quadro de Conselheiros encontra-se composto pelos seguintes membros: (a) Sr. Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno, eleito membro titular na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2022 e nomeado Presidente do Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração; (b) Sra. Chiara Sonengo Bolognesi Gargano, reeleita membro titular na AGO 2022; (c) Sr. Edésio Alves Nunes Filho, eleito membro titular na AGO 2022 no Reunião do Conselho de Administração realizada em 2022; (d) Sr. Rubens Della Volpe, eleito membro titular na AGO 2022; (e) e) Hegleyshynton Valério Marçal, eleito membro titular na AGO 2022. **Diretoria:** O quadro da Diretoria também sofreu ajustes após a renúncia do Sr. Emiliano F. Stipanich Spyer, em dezembro de 2022, ao cargo de Diretor Relações com Investidores. A Diretoria da Companhia ficou composta da seguinte forma: (i) o Sr. Edésio Alves Nunes Filho, Diretor Presidente eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2022, cumulando com o cargo de Diretor de Relações com Investidores; (ii) o Sr. Rodrigo Costa Amarante, Diretor sem Designação Específica com atribuições jurídicas eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2022. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento permanente e seus Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Em dezembro de 2022, o Conselho Fiscal estava composto por 4 membros titulares e 1 suplente, quais sejam: (i) o Sr. Jefferson Barbosa; (ii) o Sr. Fábio Antonio Pereira; (iii) o Sr. Eduardo Georges Chehab; e (iv) João Verner Juenemann e (v) Jorge Luiz Pettrini. Este Conselho tem como competência fiscalizar os atos da Administração da Companhia e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. **Estrutura Acionária:** A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por (i) 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pelo Polo Capital Management e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"); (ii) 9,38% de ações detidas pela Brasilier Energia S.A. e (iii) 18,40% de ações detidas pela Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilier Energia S.A., o "Grupo Bolognesi") e das suas dívidas de ações ordinárias e preferenciais de suas formas: (i) Ações Ordinárias 17,53%, detidas pela Brasilier Energia S.A.; 34,38% detida pela Bolognesi Energia S.A.; 48,09% detido pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.



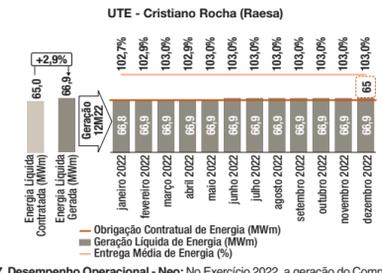
Abaixo o fluxo de caixa da Companhia, detalhado por fluxo de atividade e acompanhamento de saldo.



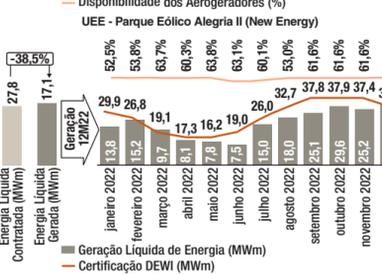
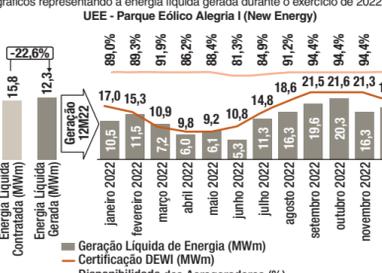
O quadro abaixo apresenta a abertura referente as entradas de Receita no ano de 2022

RECEITAS	2022
Faturamento	480.879.902
Ressarcimentos (CUST, SIN)	10.469.718
Sub-rogação e CCC	84.931.731
Vestas	5.547.372
Aplicações Financeiras	16.126.081
Nota de Débito	10.323.867
CCB NEO	12.999.598
Partes Relacionadas	12.712.735
<b>Total</b>	<b>633.991.004</b>

**6. Desempenho Operacional - Raesa:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a geração média foi de 66,9 MW médios, sendo entregue 103,0% referente à obrigação contratual (65,0 MW) junto a Centrais Elétricas do Norte S/A - Eletronorte. O ótimo desempenho operacional da usina permitiu no período que o índice de atendimento ao contrato atinja a marca superior de 100% e dentro do limite contratual de 103%. Reforçando que a conversão dos motores foi uma decisão assertiva, principalmente no que tange ao desempenho dos equipamentos e na facilidade operacional em comparação ao motor operando com biocombustível. Atualmente a usina possui 05 motores WARTSILÁ W18V50SG novos, pois a contagem de horas em operação iniciou novamente, após a conversão dos equipamentos para operação com 100% a Gás Natural. Houve uma melhoria significativa na performance dos motores, os quais estão entregando a nova potência instalada de 18,35 MW cada um (antes a potência instalada era de 17,08 MW), bem como, não há necessidade de operar os compressores, reduzindo o consumo interno de energia. Desta forma a potência total instalada da usina passou de 85,38MW para 91,75MW. No gráfico abaixo é apresentado a entrega média de energia, e o acompanhamento da geração mensal.



**7. Desempenho Operacional - Neo:** No Exercício 2022, a geração do Complexo Alegria foi de 29,3 MW. Sendo Alegria I, sua geração foi de 12,4 MW médios, inferior em 14,5% quando comparado ao ano anterior (14,5 MW médios). No parque Alegria II, sua geração foi de 17,4 MW médios, inferior em 31,5% comparado ao ano anterior (24,9 MW médios). Os principais fatores para a baixa geração no complexo Alegria no ano de 2022 foi a indisponibilidade de turbinas por falha nas pás, e turbinas por falha do gerador, manutenções corretivas e as limitações do ONS. Alegria I apresentou velocidade média para o exercício de 2022 de 6,6 m/s vs 7,2 m/s. E, em Alegria II a geração de vento médio foi de 6,5 m/s, sendo inferior em 9,1% comparado a 2021 (7,1 m/s). Apesar da menor geração no ano de 2022 comparado a 2021, no 4T22 tivemos uma geração de energia média acima do esperado, devido principalmente a parceria com a ADComp, que viabilizou o reparo de 96 pás no ano de 2022, e consequentemente reduziu a indisponibilidade de grande parte dos aerogeradores. Abaixo os gráficos representando a energia líquida gerada durante o exercício de 2022:



**8. Desempenho Financeiro - Receita Operacional:**

Em R\$ mil	12M22	12M21	Var.
Receita fixa	293.871	239.674	23%
Receita variável	-45.019	19.601	-330%
Receita bruta	248.852	259.275	-4%
Impostos e encargos*	-41.349	-31.706	30%
Deduções das receitas	-41.349	-31.706	30%
<b>Total ROL</b>	<b>207.503</b>	<b>227.569</b>	<b>-9%</b>

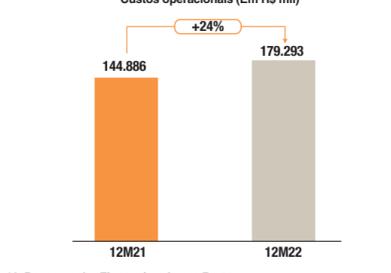
\* Desconto obrigatório de P&D, PIS-COFINS e ICMS. Em 2022 a receita operacional líquida totalizou R\$ 207.503 mil, 9% abaixo comparado a 2021, principalmente devido à redução da glosa da NEO, referente à menor geração contratual no ano. A receita totalizou R\$ 293.871 mil, 23% acima comparado ao ano de 2021. A melhoria da receita fixa é decorrente dos reajustes tarifários médios dos quatro contratos da NEO junto a Eletrobrás (+31,4%), juntamente ao da termelétrica ocorrido em novembro de 2021 (+21,7%) e a melhoria da geração da RAESA como era esperado com a conclusão da conversão dos motores para 100% a gás natural, mitigada parcialmente pela glosa apresentada pela NEO devido menor geração de energia em 2022. Abaixo gráfico apresentando as variações das receitas operacionais líquidas por segmento, onde a NEO apresentou redução da receita no valor de R\$ 26.256 mil. Já a RAESA apresentou aumento na receita de R\$ 6.190 mil.



**9. Desempenho Financeiro - Custos Operacionais:**

Em R\$ mil	12M22	12M21	Var.
Custos de O&M	-83.525	-54.438	53%
Custo de depreciação	-57.760	-47.845	21%
Salários e encargos	-15.580	-18.079	-14%
Amortização mais-valia	-10.844	-10.844	0%
Custos de seguros	-4.504	-4.391	3%
Outros custos	-7.080	-9.289	-24%
<b>Total Custos Operacionais</b>	<b>-179.293</b>	<b>-144.886</b>	<b>24%</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os custos operacionais totalizaram R\$ 179.293 mil, apresentando aumento de 24% superior a 2021, onde os custos foram de R\$ 144.886 mil. Os custos de O&M apresentaram aumento de 53% em 2022, principal justificativa foram os reparos das pás, referente as manutenções corretivas, já previstas em orçamento. Com relação a rubrica Depreciação/ Amortização a variação é referente a alteração de critério contábil aplicada sobre os investimentos da Conversão dos motores na RAESA, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo da taxa de retorno de 7% a.a. para 5,63% a.a. sobre o contrato de arrendamento financeiro da controlada indireta RAESA com a Amazonas Energia, em decorrência do recálculo dos custos fixos atribuídos.



**10. Desempenho Financeiro - Lucro Bruto:**

Em R\$ mil	12M22	12M21	Var.
Receita Líquida	207.503	227.569	-9%
Custos Operacionais	-179.293	-144.886	-24%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>28.210</b>	<b>82.683</b>	<b>-66%</b>

No ano de 2022 receita líquida totalizou R\$207.503 mil, menor em 9% comparado ao ano de 2021 (R\$227.569), motivo se dá a menor geração de NEO, gerando o efeito da glosa. Em 2022, foi realizado projeto de reparo de pás das turbinas, acarretando um total de despesas de R\$42 milhões durante o ano. Com isso, os Custos Operacionais ficaram maiores em 24% comparado a 2021. O lucro bruto em 2022 totalizou R\$ 28.210 mil, sendo inferior em 66% comparado a 2021.

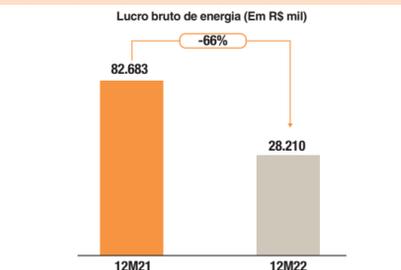
**14. Desempenho Financeiro - Endividamento:**

(R\$ Mil)	RAESA		NEO		Multiner		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
"Divida Conversível"	850.499	815.215	593.187	653.570	18.736	16.170	1.462.423	1.484.955
CCBs Não Conversíveis	850.636	814.805	229.483	239.770	-	-	1.080.119	1.054.575
BNB	-	-	359.179	399.631	-	-	359.179	399.631
Debêntures Bolognesi	-	-	-	-	18.736	16.170	18.736	16.170
Provisão Encargos	136	410	4.525	14.169	-	-	4.389	14.579
"Divida Conversível"	89.152	89.152	288.065	288.065	14.067	14.067	391.284	391.284
CCBs Postais Conversíveis	89.152	89.152	288.065	288.065	-	-	377.217	377.217
Debêntures Fundiagua	-	-	-	-	14.067	14.067	14.067	14.067
<b>Sub-Total</b>	<b>939.651</b>	<b>904.367</b>	<b>881.252</b>	<b>941.635</b>	<b>32.803</b>	<b>30.237</b>	<b>1.853.707</b>	<b>1.876.239</b>
Custo de Captação	-5.571	-6.975	-3.884	4.403	-	-	-9.455	-11.378
<b>Total</b>	<b>934.081</b>	<b>897.392</b>	<b>877.368</b>	<b>937.232</b>	<b>32.803</b>	<b>30.237</b>	<b>1.844.252</b>	<b>1.864.861</b>

A Companhia tem como base do seu endividamento as CCBs emitidas pela RAESA e NEO, as Debêntures emitidas pela Multiner e o financiamento com o BNB obtido pela NEO. As dívidas da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 1.853.707 mil líquidos do custo de captação. Atualmente todas as CCBs "não conversíveis" estão adimplentes e sendo pagas conforme curva vigente dos contratos e/ou aditivos, com exceção das dívidas de Prece e Postalis da RAESA, que estão sendo pagas mensalmente através do "stand still" assinado desde 2019. A Companhia busca o acordo junto as fundações credoras da RAESA para reestruturar o financiamento. O endividamento com características "conversíveis" (CCBs de Postais e Debêntures Fundiagua) somam atualmente R\$ 391.284 mil.

**15. Balanço Patrimonial Consolidado:**

Balancos Patrimoniais (Em R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>433.070</b>	<b>237.838</b>
Caixa e equivalentes de caixa	267.242	108.055
Contas a receber	81.786	66.411
Tributos a recuperar	28.299	15.530
Arrendamento financeiro	20.173	19.228
Estoque de peças	22.291	21.004
Outros créditos	13.280	7.610
<b>Não Circulante</b>	<b>1.468.014</b>	<b>1.615.019</b>
Tributos a recuperar	84.581	113.083
Arrendamento financeiro	65.720	85.768
Partes relacionadas	408.117	449.279
Outros créditos	11.458	2.967
Depósito vinculado - Conta reserva	121.684	115.845
Propriedade para investimento	3.534	3.375
Intangível	79.567	89.494
Imobilizado	677.303	738.272
Direito uso - arrendamento mercantil	16.049	16.936
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.901.084</b>	<b>1.852.857</b>



**11. Desempenho Financeiro - EBITDA:**

Em R\$ mil	12M22	12M21	Var.
Lucro ou Prejuízo	59.277	-30.880	292%
Despesas/Receitas Financeiras	352	56.662	-99%
IR/CSLL	13.065	7.138	-83%
Depreciação & Amortização	68.604	58.689	17%



**Multiner S.A.** - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ **continuação**

demonstrado na Nota Explicativa nº 10.2. k) **Demais ativos:** Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, após o menor, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas, ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente. f) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente recebidos em prazo de prazo da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento. m) **Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e aplicação de acordo com os clientes a serem tratados; diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como reduções destes grupos de contas nas demonstrações financeiras. n) **Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e a contribuição social do exercício, o resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia e suas controladas estão inseridas no regime tributário Lucro Real, desta forma, o imposto de renda e a contribuição social do exercício contábil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. o) **Reconhecimento de receita das investidas:** A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a perda pela entidade e é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e descontos. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. **Procedimentos de reconhecimento:** O reconhecimento do rendimento mercantil da controlada indireta RAESA se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil para um arrendamento financeiro, remunerado pela taxa de retorno de 5,76% a.a. em 2022 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,63% a.a. em 2021, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamento, descontos dos custos de construção da usina. A Companhia apresenta essa receita financeira, juntamente com a variação monetária contratual (IGP-M) na demonstração do resultado, no grupo de Receitas Financeiras (vide Nota explicativa 27 (iii)). **Receta de operação e manutenção - O&M:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de geração de energia elétrica estabelecidas no contrato de suprimento de energia que visa a não interrupção da disponibilidade das instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços (vide Nota Explicativa 24(iii)). **Receta de venda de energia renovável:** O reconhecimento da receita oriunda da venda de energia renovável de fonte eólica da controlada NEO em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receta de Contrato de Cliente, é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a COEE. Tendo em vista que a controlada NEO está sujeita a montantes mínimos de geração, entende que há contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance quando não atingida a geração mínima, calculada com base nas estimativas de geração anual e apresentada deduzindo da receita operacional líquida. (vide Nota Explicativa 24.1 (ii)). p) **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou contratualizada), cuja saída seja exigida pelo exercício e que seja inevitável que os recursos necessários sejam alocados para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despeito relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para demandas judiciais e outras:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme Nota Explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para perda de investimentos:** A provisão para perda de investimentos é baseada com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refere-se ao resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial, conforme Nota Explicativa nº 14. q) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores contábeis ou calculados, acrescidos, quando aplicável, dos compromissos em encargos e atualizações monetárias incorridas. r) **Classificação dos ativos e passivos não circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado como não circulante. 4.1. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como em premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que diferem de uma estimativa de valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidas a seguir: i) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor contábil do ativo. O valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atualizações de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, portanto, os aumentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. ii) **Arrendamento financeiro:** O faturamento da Companhia junto à Amazon Energy, está sujeito contabilmente à atualização anual pela variação do IGP-M. Considerando-se que a norma contábil é silete em relação à atualização do saldo de arrendamento a receber quando o mesmo está sujeito à atualização monetária, a Administração da Companhia definiu pelo reconhecimento dessas variações contidas nas parcelas recebidas durante o ano, diretamente no resultado de exercício, como receita financeira, mantendo, dessa forma, o saldo de arrendamento a receber por seu valor original, acrescido dos juros de 5,76% a.a. em 2022 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,63% a.a. em 2021 e deduzidas da parcela histórica do valor recebido durante o ano (vide Nota explicativa 27 (iii)). iii) **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. iv) **Pressuposto da continuidade:** A Administração avalia periodicamente a capacidade operacional da Companhia e de suas controladas e o que teria a situação apresentada fosse realmente negativo, referindo-se a passivos acumulados que vem sendo revertido e o capital circulante negativo é oriundo do endividamento da Companhia e de suas controladas que é preponderante com partes relacionadas e está em tratativas com os acionistas para reperfilamento da dívida, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 1.1 e 1.3. As subsidiárias operacionais detêm contrato de venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, garantem receitas fixas suficientes para manter suas atividades. Portanto estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. 4.2. **Informações por segmento:** A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, na condição de produtor independente, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui atualmente um portfólio com 243,55 MW de capacidade instalada própria, distribuída em três usinas em operação, sendo uma termelétrica operada pela RAESA cuja receita principal é decorrente de contrato de arrendamento financeiro e duas eólicas operadas pela NEO. A Direção da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia, utiliza informações por segmento para suas análises:

Entidade	Segmento
UTE Cristiano Rocha ("RAESA")	Fonte térmica
Parque Alegria I e Alegria II ("NEO")	Fonte eólica
Itapebi (I)	Fonte térmica
Monte Pascoal (I)	Fonte térmica
Pernambuco (VI)	Fonte térmica
Termopower (VII)	Fonte térmica
Termopower (VII)	Fonte térmica
Multiner S.A.	Corporativo

(i) Entidades com outorga reversível. As despesas corporativas e eliminações para o consolidado foram apresentadas em uma única coluna. 5. **Novos pronunciamentos, interpretações e orientações:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Conselho Normativo Brasileiro de Contabilidade (CNCPC) e Alteração IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis", emitida em maio de 2020, tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2020, tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021, tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021, tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Em relação a essas alterações, o IASB não tem dados de situação estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	254	1.100
Aplicações financeiras	938	854
Total	1.192	1.954

As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas a Certificado em Depósito Interbancário ("CDI"). Sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a taxas de 9% a 115% da CDI em 31 de dezembro 2022 (90% a 119% da CDI em 31 de dezembro de 2021).

**7. Contas a receber:**

	Consolidado
	31/12/2022
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (I)	42.189
Conta de Consumo de Combustível - CCC (II)	13.728
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) (III)	24.280
Outras contas a receber	4.677
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (I) e (iv)	(17.025)
	(32.123)
	81.786

(i) Recebível da controlada indireta RAESA refere-se ao faturamento de dezembro de 2022 a ser liquidado em fevereiro de 2023. (ii) Refere-se aos ressarcimentos da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC - Isol), controlada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais preestabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas. Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico e não incluem encargos pelo atraso dos repasses. O montante principal de R\$13.728 está totalmente provisionado para liquidação duvidosa. A Companhia possui causa ativa ajuizada para tais créditos, o processo foi julgado parcialmente procedente. Em agosto de 2022 a RAESA foi notificada pela ASD/ANEEL referente ao despacho ANEEL 2.204 que aprova o resultado da fiscalização e do reprocessamento mensal do período de julho de 2009 a abril de 2017, totalizando R\$ 89.966, a ser pago em 24 parcelas mensais e consecutivas atualizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a controlada recebeu o crédito total de R\$42.556, sendo, R\$15.098 de principal que foi revertido do saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa e R\$27.458 de juros. (iii) Recebíveis da controlada direta NEO referem-se ao faturamento de novembro a dezembro de 2022, a serem liquidados em janeiro e fevereiro de 2023, respectivamente. (iv) O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa está concentrado no CCC - Isol, R\$13.728 conforme item (ii), está sendo revertido de acordo com os recebimentos referente ao reprocessamento do CCC 7.1. **Movimentação do PCLD:** A movimentação da conta durante o exercício foi como segue:

	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1 de janeiro de 2022	32.123	15.788	
Adições	-	16.768	
Reversão (iv)	(15.098)	(453)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.025	32.123	

**8. Tributos a recuperar:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ / IRRF (I)	229	456
CSLL (I)	289	14.971
COFINS (II)	54	15.473
PIS (II)	34	25
Outros impostos a recuperar	-	146
Total	354	824

(i) Dos montantes apresentados no consolidado, a controlada RAESA detém de R\$78.000 de créditos dos períodos de 2009 a 2020 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL e órgãos públicos e IRRF de aplicações financeiras, sendo R\$58.000 relativos a créditos de 2009 a 2020, os quais estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil para restituição e R\$20.000 relativos a créditos de 2016 a 2020 de órgãos públicos, os quais estão em PER/DOM/RETO sendo utilizados conforme são apurados débitos no exercício. (ii) A Companhia registrou em 2021, o valor do indébito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, período de 2014 a 2014, referendada pelos seus assessores legais, considerando todos os aspectos contratuais, regulatórios e jurídicos. Sendo assim, a controlada RAESA apurou o montante de R\$151.504, acrescidos de atualização pelo SELIC, tendo em vista a expectativa de utilização destes valores em 12 anos. Os demais créditos apresentados referem-se a insumos e depreciação. Durante o exercício, findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas geraram cerca de R\$33.981 de créditos tributários com órgãos públicos até junho, aplicação financeira, insumos e depreciação, reconheceu R\$ 8.519 de atualização financeira e compensou R\$58.436 de créditos acumulados. A metodologia de utilização dos créditos segue critérios estabelecidos pela legislação vigente e a classificação entre circulante e não circulante segue a expectativa de realização pela Companhia com base nas projeções financeiras. A expectativa de realização do saldo de tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

**9. Partes relacionadas: 9.1. Mútuos com partes relacionadas: a) Saldos ativos:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a receber:		
Eólica Adm. e Part. Ltda. ("Eólica") (I)	-	95.949
Cia. Energética do Uruguai S.A. ("CEU") (II)	19.256	19.256
2007 Participações S.A.	108	102
Termelétrica Itapebi S.A.	935	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	935	-
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (III)(a)	278.323	278.323
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (III)(b)	46.294	46.294
New Energy Options S.A. (VI)	362	13.619
Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Pernambuco III") (V)	33.126	33.126
Central Energética Palmeiras S.A. ("Cepasa") (IV)	65.158	65.158
	444.997	551.827

**Provisão para valor recuperável**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Eólica (I)	-	(55.722)
Bolognesi Energia (30.104)	(30.104)	(30.104)
Outras empresas do Grupo	(3.936)	(3.936)
	(34.040)	(88.827)
Total	410.457	463.000

(i) Saldo relacionado a aumento de capital subscrito e integralizado pela Eólica Adm. e Part. Ltda. em R\$45.000 pelo atualizado pela SELIC até 2018. Conforme previsto na Nota 2.1, em 25 de abril de 2022, a Companhia concluiu o processo de negociação para aquisição dos 20% das ações de posse da Eólica na controlada NEO. A operação foi avaliada em R\$ 50.727, visto que a Companhia possuía até março de 2022 direitos de mútuo de R\$ 95.949 com o valor de provisão para perda de R\$ 55.722, referente aos juros. O valor líquido de R\$ 40.227 foi compensado na operação e o valor dos juros foi revertido. Adicionalmente, a Companhia efetuou o pagamento de R\$150.500 em espécie. Com a transação, a Companhia passou ter 100% das ações da controlada NEO e o mútuo foi integralmente quitado. (ii) Saldo composto por AFACs realizados pela Companhia nos períodos de 2011 a 2018, os quais, em decorrência do recurso do prazo para conversão de AFAC em capital, foram convertidos em mútuos, sendo o principal de R\$7.030, dos juros e IOF de R\$9.805. Estão incluídos no saldo os valores de contrato de fruição de R\$2.037 e despesas a reatar entre os acionistas de R\$384. (iii) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	144.676	144.676
Juros e IOF (a)	133.647	133.647
Assunção de dívida antigos sócios (b)	22.283	22.283
Juros e IOF (b)	24.011	24.011
Total	324.617	324.617

(a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fiduciária de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recursos para o empreendimento a reestruturação da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 2015, a aplicação dos recursos foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner e a Bolognesi Energia S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão conforme, a decisão do procedimento de arbitragem proferida em abril de 2022. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.1. Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos. (a) e (b) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem. (Nota Explicativa 1.1); (b) A parcela relacionada à assunção de dívida dos antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A., o qual era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia de Negócios S.A., da Bolognesi Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado. (iv) Em setembro de 2014 a Companhia enviou R\$1.044,4 da Central Energética Palmeiras S.A. "Cepasa" através de contrato de mútuo celebrado entre as partes com incidência de juros equivalente a 103% do CDI, os montantes foram atualizados até dezembro de 2017, conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa 1.1). (v) Recursos financeiros enviados pela Companhia para a Termelétrica Pernambuco III "PIII" entre os períodos de 2013 a 2015, para compra de óleo FOFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. O valor está composto do principal de R\$21.000, acrescido de juros e IOF de R\$12.126. Esses montantes tiveram sua atualização suspensa em dezembro de 2017 conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa 1.1). (vi) Saldo de R\$ 362 apresentado em 31 de dezembro de 2022 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada. O saldo apresentado em 2021 refere-se a valores relativos a Cédulas de Certificados Bancários (CCBs), captado em 2007 com a Companhia, com taxa de juros de 9% a.a. A atualização foi congelada por acordo firmado entre os acionistas das partes a partir de 2013. O saldo foi utilizado em 2022 para atendimento da necessidade de caixa da controladora. Anualmente, a Companhia analisa a capacidade de caixa de sua controlada, e a operação não causou impacto as atividades operacionais de sua controlada. b) **Saldos passivos:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a pagar:		
Fundação (I)	14.067	14.067
Postais (I)	14.067	14.067
Rio Amazonas Energia S.A. (II)	28.378	12.723
Circulante	42.445	26.790
Não Circulante	-	14.067
Total	42.445	12.723

(i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa 1.1. (ii) Saldo de R\$ 362 apresentado em 31 de dezembro de 2022 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada. O saldo apresentado em 2021 refere-se a valores relativos a Cédulas de Certificados Bancários (CCBs), captado em 2007 com a Companhia, com taxa de juros de 9% a.a. A atualização foi congelada por acordo firmado entre os acionistas das partes a partir de 2013. O saldo foi utilizado em 2022 para atendimento da necessidade de caixa da controladora. Anualmente, a Companhia analisa a capacidade de caixa de sua controlada, e a operação não causou impacto as atividades operacionais de sua controlada. b) **Saldos passivos:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a pagar:		
Fundação (I)	14.067	14.067
Postais (I)	14.067	14.067
Rio Amazonas Energia S.A. (II)	28.378	12.723
Circulante	42.445	26.790
Não Circulante	-	14.067
Total	42.445	12.723

(i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa 1.1. (ii) Saldo de R\$ 362 apresentado em 31 de dezembro de 2022 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada. O saldo apresentado em 2021 refere-se a valores relativos a Cédulas de Certificados Bancários (CCBs), captado em 2007 com a Companhia, com taxa de juros de 9% a.a. A atualização foi congelada por acordo firmado entre os acionistas das partes a partir de 2013. O saldo foi utilizado em 2022 para atendimento da necessidade de caixa da controladora. Anualmente, a Companhia analisa a capacidade de caixa de sua controlada, e a operação não causou impacto as atividades operacionais de sua controlada. b) **Saldos passivos:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a pagar:		
Fundação (I)	14.067	14.067
Postais (I)	14.067	14.067
Rio Amazonas Energia S.A. (II)	28.378	12.723
Circulante	42.445	26.790
Não Circulante	-	14.067
Total	42.445	12.723

(i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa 1.1. (ii) Saldo de R\$ 362 apresentado em 31 de dezembro de 2022 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada. O saldo apresentado em 2021 refere-se a valores relativos a Cédulas de Certificados Bancários (CCBs), captado em 2007 com a Companhia, com taxa de juros de 9% a.a. A atualização foi congelada por acordo firmado entre os acionistas das partes a partir de 2013. O saldo foi utilizado em 2022 para atendimento da necessidade de caixa da controladora. Anualmente, a Companhia analisa a capacidade de caixa de sua controlada, e a operação não causou impacto as atividades operacionais de sua controlada. b) **Saldos passivos:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a pagar:		
Fundação (I)	14.067	14.067
Postais (I)	14.067	14.067
Rio Amazonas Energia S.A. (II)	28.378	12.723
Circulante	42.445	26.790
Não Circulante	-	14.067
Total	42.445	12.723

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido a não provisão de sua realização até a presente data, dado que tais saldos se encontram em processo de negociação. Contudo, resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil. A Companhia mantém provisão para perda ao valor recuperável equivalente às estimativas de perdas de créditos esperadas para parcela dos ativos em negociação. Estas estimativas são reavaliadas periodicamente pela Companhia para garantir que os impactos sejam apropriadamente refletidos em suas demonstrações financeiras. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão para perda ao valor recuperável, no montante de R\$ 25.106, equivalente à diferença dos saldos ativos das empresas Bolognesi Energia S.A., Termelétrica Pernambuco III e Central Energética Palmeiras S.A. e saldos passivos das CCBs convertidas da Postalnas controladas NEO e RAESA e das Debêntures conversíveis Fundiária. Todavia, já que não há previsão de efeito caixa, somado ao fato que estão em negociação, decorrente da decisão proferida em abril de 2022 no Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, coadunando com o descritivo contido na Nota Explicativa nº 1.1. Os montantes encontram-se em negociação entre as partes e a partir da decisão definitiva, será possível avaliar as medidas que devem ser tomadas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações assumidas diretamente atreladas, bem como o reflexo temporário nas demonstrações financeiras. Não obstante essas informações, a Companhia mantém o recolhimento dos impostos incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas, conforme legislação vigente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada indireta RAESA referentes ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam a alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (alugueis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia no período foi de R\$9.736 (R\$ 12.621 em 31 de dezembro de 2021). **9.2. Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O impacto no resultado da remuneração estabe

**Multiner S.A.** - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50  
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. **Provisão para demandas judiciais: 23.1. Causas prováveis:** A Companhia avalia as provisões para demandas judiciais com base na avaliação da probabilidade do risco de perda cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de subscumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem processos com probabilidade de perda provável conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Demanda judicial	-	23.258	2.312	30.930
Tecon e outras. (i)	-	-	4.643	-
Assessoria de Energia (ii)	-	-	21.016	19.930
COEE - Proinfa (iii)	262	140	338	140
Total	262	29.398	28.537	55.643

(i) O montante apresentado em 2021 trata-se de procedimento arbitral proposto pela Tecnom em face da Multiner S.A. e outras, em função da rescisão dos respectivos contratos de fornecimento de energia (EPC), uma vez que as outorgas foram revogadas no decorrer daqueles contratos. A arbitragem foi proposta em 01/2018, na Câmara Arbitral da FGV sob nº 02/2018. A Tecnom alegou que a Multiner teria rompido culposamente os contratos de EPC das termelétricas Terpopower V e Terpopower VI, pleiteando o pagamento de serviços realizados e não pagos, mal de rescisão de 5% do saldo residual de cada contrato, lucros cessantes, danos morais, multa moratória de 2%; além de despesas com manutenção de site, desmobilização, entre outros. Uma vez encerrada a instrução do procedimento arbitral com realização de audiências e apresentação de perícias técnicas, em 27 de maio de 2021 foi proferida sentença arbitral que atastou grande parte dos pedidos autorais, condenando a Multiner apenas ao pagamento de multa por rescisão contratual. Ambas as partes ingressaram com pedidos de esclarecimentos em face de algumas omissões na sentença, também já julgados e que man-

teve a sentença praticamente intacta. Dado que o valor registrado na contabilidade em fevereiro de 2022 atingia a quantia de aproximadamente R\$ 30 milhões de reais e o risco da Multiner sofrer medidas constritivas nas contas, as partes resolveram formalizar um instrumento particular de acordo, no sentido de suspender toda e qualquer medida constritiva ou expropriatória em face da Companhia, no valor de R\$ 23.000 com atualização SELIC. O referido acordo está pautado para deliberação na próxima Reunião do Conselho de Administração que ocorrerá em 24 de março de 2023. (ii) Contingências com prognóstico de perda provável em 2021 decorrentes da combinação de negócios da investida NEO. Conforme pronunciamento técnico, CPC 15 Item 23, o aquirente deve reconhecer, na data de aquisição do referido Agravo de Instrumento, o pleito liminar da NEO foi deferido determinando-se que ANEEL mantenha a autora no PROINFA, bem como que a Eletronbras efetue os pagamentos previstos de acordo com os CCVE, autorizando ainda que a NEO efetue o faturamento nos termos do Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) celebrados com a Eletrobras. Em 19/12/2012, o pedido de tutela antecipada foi indeferido, tendo a NEO apresentado Agravo de Instrumento em face de referida decisão. Com a concessão de efeito suspensivo ao referido Agravo de Instrumento, o pleito liminar da NEO foi deferido determinando-se que ANEEL mantenha a autora no PROINFA, bem como que a Eletronbras efetue os pagamentos previstos de acordo com os CCVE, autorizando ainda que a NEO efetue o faturamento nos termos contratuais pactuados. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo do Agravo de Instrumento mencionado. Em 1ª instância, desde 23 de abril de 2014, os autos aguardam prolação de sentença. **23.2. Causas possíveis:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem em andamento processos judiciais, cujo montante total é de R\$ 6.580 na Controladora (R\$13.531 em 31 de dezembro de 2021) e R\$17.211 no consolidado (R\$26.734 em 31 de dezembro de 2021), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para estas demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo	-	-	-	-
Natureza	-	-	-	-
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Pernambuco IV	Cível	-	6.191	-
Multiner	Cível	-	2.679	-
Multiner	Cível	-	-	5.771
NEO	Fundário	-	-	5.771
Trabalhista	562	3.670	562	3.236
Multiner	Tributário	5.363	-	5.363
Multiner	Diversos	655	991	3.250
		6.580	13.531	17.211

27. **Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicação financeira (i)	140	43	29.945	10.352
Juros ativos sobre créditos tributários	1	17	4.917	4.802
Juros sobre arrendamento financeiro (ii)	-	-	5.346	6.315
Receita de arrendamento financeiro (iii)	-	-	119.414	96.902
Receita de reprocessoamento CCEE (iv)	-	-	27.458	-
Bônus adimplência (v)	-	-	9.878	10.670
Diferido de outros créditos (vi)	4	3	16	82.207
Outros créditos financeiros	-	-	2	4
Total de receitas financeiras	165	63	196.998	211.260
Juros sobre empréstimos	-	-	(111.406)	(111.405)
Juros sobre debêntures	(2.105)	(2.453)	(2.105)	(2.453)
Juros passivos sobre mútuos	(2.503)	(424)	-	-
Custo de captação	-	-	(1.922)	(1.922)
Multas e acréscimos	-	-	-	-
Multas e débitos tributários	(144)	(3)	(1.101)	(1.656)
Acréscimos contratuais (vii)	-	-	(16.350)	(1.632)
Variáveis monetárias	-	-	-	-
empréstimos (viii)	-	-	(44.870)	(122.676)
Variáveis monetárias	(461)	(1.186)	(461)	(1.186)
empréstimos (viii)	(2.467)	-	(4.423)	(5.428)
Impostos sobre Operação Financeira (IOF)	(269)	-	(811)	(692)
Atualização de arrendamentos	-	(163)	(3.522)	(3.632)
Provisão para desmobilização	-	-	(3.996)	(5.657)
Outras despesas financeiras	(45)	(95)	(6.381)	(8.733)
Total de despesas financeiras	(7.994)	(4.439)	(197.350)	(267.922)
Total do resultado financeiro	(7.829)	(4.376)	(352)	(56.662)

(i) A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para alongamento e/ou reputação das dívidas, a fim de equalizar a sua estrutura de endividamento. A Multiner e a RAESA firmaram o Termo de Composição para Suspensão de Demandas Judiciais com a Postalisa e o Memorando de Entendimento com a Prece, em 11 de janeiro de 2019 e 24 de junho de 2019, respectivamente. Sendo admitidos em julho de 2022, (Prece), prorrogado o prazo de vigência, de comum acordo entre as partes, para 31 de julho de 2023 e (Postalisa) aditado em 30 de novembro de 2022, prorrogado o prazo de vigência, de comum acordo entre as partes, para 13 de maio de 2023. Durante o prazo de vigência destes acordos: (a) Postalisa e Prece se comprometeram a não exigir o cumprimento de qualquer obrigação, sob qualquer aspecto, em relação aos títulos e contratos objeto de tais CCBs; (b) a RAESA se compromete a efetuar o pagamento a Prece e Postalisa parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$1.522, até o término da vigência do termo firmado. De acordo com os compromissos firmados, as partes se comprometeram a empenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo. (ii) Referir-se aos financiamentos do BNB, firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e II. As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IOF	464	464	480	508
ICMS	-	-	3.968	5.539
IRPJ	-	-	4.040	-
CSLL	-	-	2.559	-
Outros impostos	8	44	2.660	726
Total	472	508	13.707	6.773

(i) A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para alongamento e/ou reputação das dívidas, a fim de equalizar a sua estrutura de endividamento. A Multiner e a RAESA firmaram o Termo de Composição para Suspensão de Demandas Judiciais com a Postalisa e o Memorando de Entendimento com a Prece, em 11 de janeiro de 2019 e 24 de junho de 2019, respectivamente. Sendo admitidos em julho de 2022, (Prece), prorrogado o prazo de vigência, de comum acordo entre as partes, para 31 de julho de 2023 e (Postalisa) aditado em 30 de novembro de 2022, prorrogado o prazo de vigência, de comum acordo entre as partes, para 13 de maio de 2023. Durante o prazo de vigência destes acordos: (a) Postalisa e Prece se comprometeram a não exigir o cumprimento de qualquer obrigação, sob qualquer aspecto, em relação aos títulos e contratos objeto de tais CCBs; (b) a RAESA se compromete a efetuar o pagamento a Prece e Postalisa parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$1.522, até o término da vigência do termo firmado. De acordo com os compromissos firmados, as partes se comprometeram a empenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo. (ii) Referir-se aos financiamentos do BNB, firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e II. As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Valor da dívida	Saldo	Saldo devedor	Saldo	Saldo devedor		
Devedor	Modalidade	Contratação	Início	Término		
Multiner	Holdings	Debêntures	9,50% a.a. + IGP-M	31/05/2010	31/10/2010	01/07/2016
RAESA	Térmica	CCB	9,75% a.a. + IGP-M	17/02/2006	17/02/2006	15/10/2026
RAESA	Térmica	CCB	9,00% a.a. + IGP-M	20/04/2006	15/06/2007	15/10/2026
NEO	Eólica	CCB	9,13% a.a. + IGP-M	22/09/2009	22/10/2011	22/09/2029
NEO	Eólica	Financiamento	7,50%a.a. + IGP-M	22/09/2009	23/01/2013	23/12/2030

21.2. **Outras obrigações:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Acordo Wartsila (i)	-	-	10.694	13.199
Acordo Tecnom (ii)	25.467	-	25.467	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	-	-	9.314	7.135
Suprimento energia elétrica (iv)	-	-	95.258	26.514
Custo de aquisição de sistema de transmissão (CUST) Tançangem	-	-	1.341	1.211
CCEE - perdas na rede	-	-	-	3.771
Consultoria jurídica - processo CCC	-	-	2.256	2.900
Advanced Composit	-	-	3.128	1.371
IV Transportes e locações	-	-	560	1.003
Consultoria jurídica - diversas	1.061	1.400	2.061	1.400
Obrigações trabalhistas	970	795	2.212	1.906
Provisões diversas	2.031	755	8.007	7.005
Total	29.529	2.950	160.288	70.415

(i) Tais montantes referem-se ao acordo da controlada indireta RAESA com a Wartsila pelo fornecimento de serviços e peças para manutenção de equipamentos utilizados pela UTE Cristiano Rocha. A dívida está sendo paga em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em maio de 2025. (ii) Trata-se de procedimento arbitral proposto pela Tecnom em face da Multiner S.A. e outras, em função da rescisão dos respectivos contratos de fornecimento de energia (EPC), uma vez que as outorgas foram revogadas no decorrer daqueles contratos. A arbitragem foi proposta em 01/2018, na Câmara Arbitral da FGV sob nº 02/2018. Dado que o valor da condenação em fevereiro de 2022 atingia a quantia de aproximadamente R\$ 30 milhões de reais e o risco da Multiner sofrer medidas constritivas nas suas contas, as partes resolveram formalizar um instrumento particular de acordo, no sentido de suspender toda e qualquer medida constritiva ou expropriatória em face da Companhia, no valor de R\$ 23.000 com atualização SELIC. O referido acordo está pautado para deliberação na próxima Reunião do Conselho de Administração que ocorrerá em 24 de março de 2023. (iii) Referir-se a provisão na controlada indireta RAESA para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% sobre a receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciais da Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema. (iv) Referir-se à obrigação de pagamento devido à entrega inferior do montante de energia contratada em decorrência de indisponibilidade das turbinas versus energia entregue nos períodos, conforme § 1º da cláusula 6º do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA-FA da investida NEO. A receita de venda, conforme o montante contratado, foi recebida em sua totalidade, gerando a obrigação de pagamento em parcelas mensais e sucessivas ao longo do exercício subsequente (vide Nota Explicativa nº 24.2.2.2. **Patrimônio líquido:** Capital social: **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** Classificadas como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PVA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superiores aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prorrogação, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social. **Dividendos:** Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e o pagamento de dividendos fixos e não cumulativos às ações preferenciais classe C, classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo e para as ações preferenciais classe A e B no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias nos termos dos parágrafos quinto (a) e sexto (b) do artigo 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. **Capital social subscrito e integralizado:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$855.834 dividido em 14.721.297 ações. Segue abaixo a composição das ações:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Quantidade	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe D	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe B
Total	2.708.536	1	1.380.846	-
Bolognesi Energia S.A.	1.380.846	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	10.631.915	3.788.360	-	6.532.211
	14.721.297	7.877.740	1	6.532.211

Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Companhia possui ações ordinárias e preferências de classes A, B, C e D, conforme descrito no quadro acima. **Ações preferenciais:** De acordo com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, as ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais. Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentaram características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferências classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas. **Reserva de capital:** Referem-se a: (i) ação no valor de R\$78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente à aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009; (ii) reserva de capital de subscrição de ações, no montante de R\$465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização, totalizando R\$543.916 em 31 de dezembro de 2022; (iii) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Em abril de 2012 a Companhia adquiriu 70% da participação acionária da Eólica na controlada NEO, decorrente de transação, foi gerado o ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 87.870, (vide nota 2.2). e) **Resultado por ação:** O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como, para a mesma companhia em períodos diferentes. Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que está sendo discutido entre as partes, para a decisão proferida em 05 de abril de 2022 no procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/IFESP, conforme descrito em Nota Explicativa nº 1.1. A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico por ação em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) básico por ação	14.721.297	14.721.297	15.405.653	15.405.653
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária	0,00364	(0,00189)	0,00290	(0,00150)
Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial - Classes A e B	0,00287	(0,00148)	0,00287	(0,00148)
Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial - Classe C	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial - Classe D	0,00284	(0,00147)	-	-

(i) Parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras. (ii) Ajuste de energia é devido a entrega inferior de energia contratada durante os períodos, em decorrência ao comportamento dos ventos e manutenção corretiva das pás da controlada NEO, o ajuste está descrito conforme 1º da cláusula 6º do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA-FA. (iii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente. **24.1. Informações desagregadas da receita:** A receita operacional consolidada da Companhia refere-se à receita líquida de origem de energia renovável de fonte eólica no âmbito do PROINFA e receita de operação e manutenção de fonte térmica, a base gás natural conforme estabelecido em contrato e é composta conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vendas de energia contratada (i)	293.877	239.674	-	-
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	(97.830)	(27.007)	-	-
Recalota com operação e manutenção - O&M (iii)	51.875	45.194	-	-
Venda de lastro de energia	801	505	-	-
Outras receitas operacionais	135	909	-	-
Total receita bruta	248.852	259.275	-	-
ICMS	(17.676)	(11.420)	-	-
COFINS	(17.962)	(15.230)	-	-
Outras deduções	(3.944)	(3.311)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.787)	(1.504)	-	-
Outras deduções	-	(173)	-	-
Total deduções	(41.349)	(31.706)	-	-
Recalota líquida de vendas	207.503	227.569	-	-

(i) Parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras. (ii) Ajuste de energia é devido a entrega inferior de energia contratada durante os períodos, em decorrência ao comportamento dos ventos e manutenção corretiva das pás da controlada NEO, o ajuste está descrito conforme 1º da cláusula 6º do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA-FA. (iii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente. **24.2. Ativos e passivos de contrato:** Em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente, os ativos e passivos vinculados à venda de energia, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos e passivos de contrato e apresentam os seguintes saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a receber (Nota Explicativa nº 7)	81.786	66.411	-	-
Suprimento de Energia Elétrica (Nota Explicativa nº21)(iv)	-	-	95.258	26.514
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos de contrato. <b>24.3. Obrigações de performance:</b> A Companhia possui uma única obrigação de performance de contrato e que é satisfetida pela entrega de energia. O montante em que o ativo é considerado transferido para o cliente, sendo o pagamento dentro do prazo de 20 a 45 dias. Atrelado a obrigação de performance da parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia, está previsto o pagamento referente à operação e manutenção da Usina e as premissas do cálculo são variáveis de acordo com a energia fornecida. <b>25. Custos das vendas e dos serviços prestados:</b>				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo de depreciação (i)	(57.767)	(47.842)	-	-
Operação e manutenção (ii)	(57.878)	(34.351)	-	-
Salários e encargos	(15.580)	(18.079)	-	-
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão	(14.901)	(15.594)	-	-
Amortização mais-valia (iii)	(10.844)	(10.844)	-	-
Custos de seguros	(4.504)	(4.391)	-	-
Aluguel de máquinas e equipamentos (iv)	(9.921)	(3.932)	-	-
Recontabilização do MCP	(			

**Multiner S.A.** - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

\* continuação

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
<b>Ativo circulante e não circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	267.242	267.242	108.055	108.055
Contas a receber (Nota 6)	81.786	81.786	66.411	66.411
Partes relacionadas (Nota 9.1(a))	408.117	408.117	449.279	449.279
<b>Passivo circulante e não circulante</b>				
Fornecedores (Nota 16)	152.928	152.928	161.741	161.741
Passivos de arrendamentos (Nota 9.1(b))	19.915	19.915	19.696	19.696
Partes relacionadas (Nota 8.2)	391.284	391.284	391.284	391.284
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	1.452.968	1.452.968	1.473.577	1.473.577
Para todas as operações apresentadas na tabela acima, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Em relação aos financiamentos e debêntures, em decorrência de não cumprimento das cláusulas restritivas o montante de R\$ 822.965 encontram-se vencidos e o valor contábil reflete o valor justo. <b>Hierarquia de valor justo:</b> A tabela abaixo apresenta informações financeiras registradas pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).				

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
<b>Ativo circulante e não circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Nível 1	1.192	1.192	1.954
Contas a receber (Nota 7)	Nível 1	81.786	81.786	66.411
Partes relacionadas (Nota 9.1(a))	Nível 2	410.457	410.457	463.000
<b>Passivo circulante e não circulante</b>				
Fornecedores (Nota 17)	Nível 1	419	419	1.024
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	Nível 2	18.736	18.736	16.170
<b>Ativo circulante e não circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Nível 1	267.242	267.242	108.055
Contas a receber (Nota 7)	Nível 1	81.786	81.786	66.411
Partes relacionadas (Nota 9.1(a))	Nível 2	408.117	408.117	449.279
<b>Passivo circulante e não circulante</b>				
Fornecedores (Nota 17)	Nível 1	152.928	152.928	161.741
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	Nível 2	1.452.968	1.452.968	1.473.577
Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: Os cálculos do valor de mercado e respectivas classificações seguem as seguintes considerações: • Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento; • Outros fins: A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. • Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado. <b>Administração financeira de risco:</b> A Diretoria da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco. A Companhia apresenta os seguintes riscos: • Risco de liquidez; • Risco de crédito; • Riscos de mercado; a) Risco de liquidez: A diretoria de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia considera como metodologia que, 80% dos recursos devem possuir liquidez diária e 20% pode ter carência de até 180 dias, sempre respeitando a aderência do seu fluxo de caixa. A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações financeiras individuais e consolidadas, e os juros a vencer até o final do contrato.				

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
<b>Ativo circulante e não circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Nível 1	1.192	1.954	267.242
Contas a receber (Nota 7)	-	-	81.786	66.411
Partes relacionadas (Nota 9.1(a)) (i)	410.457	463.000	408.117	449.279
<b>Passivos</b>				
Fornecedores (Nota 17)	419	1.024	152.928	161.741
Operações com partes relacionadas (Nota 9.1(b)) (i)	42.445	26.790	391.284	391.284
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19)	18.736	16.170	1.452.968	1.473.577
(i) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem. <b>Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2022:</b> A Diretoria da Companhia considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de dezembro de 2022. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise. Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.				

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
<b>Ativo circulante e não circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Nível 1	1.192	1.954	267.242
Contas a receber (Nota 7)	-	-	81.786	66.411
Partes relacionadas (Nota 9.1(a))	Nível 2	410.457	410.457	463.000
<b>Passivo circulante e não circulante</b>				
Fornecedores (Nota 17)	Nível 1	419	419	1.024
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	Nível 2	18.736	18.736	16.170
<b>Ativo circulante e não circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Nível 1	267.242	267.242	108.055
Contas a receber (Nota 7)	Nível 1	81.786	81.786	66.411
Partes relacionadas (Nota 9.1(a))	Nível 2	408.117	408.117	449.279
<b>Passivo circulante e não circulante</b>				
Fornecedores (Nota 17)	Nível 1	152.928	152.928	161.741
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	Nível 2	1.452.968	1.452.968	1.473.577
Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: Os cálculos do valor de mercado e respectivas classificações seguem as seguintes considerações: • Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento; • Outros fins: A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. • Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado. <b>Administração financeira de risco:</b> A Diretoria da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco. A Companhia apresenta os seguintes riscos: • Risco de liquidez; • Risco de crédito; • Riscos de mercado; a) Risco de liquidez: A diretoria de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia considera como metodologia que, 80% dos recursos devem possuir liquidez diária e 20% pode ter carência de até 180 dias, sempre respeitando a aderência do seu fluxo de caixa. A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações financeiras individuais e consolidadas, e os juros a vencer até o final do contrato.				

Diretoria	
Edésio Alves Nunes Filho - Diretor Presidente	
Rodrigo Costa Amarante - Diretor Jurídico e Regulatório	

Conselho de Administração	
Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno - Titular / Presidente	
Edésio Alves Nunes Filho - Titular / Vice - Presidente	
Chiara Sonego Botognesi Gargano - Titular	
Rubens José Della Volpe - Titular	
Heghlyschynton Valério Marçal - Titular	

Conselho Fiscal	
Eduardo Georges Chehab - Titular	
Jefferson da Silva Barbosa - Titular	
Fábio Antônio Pereira - Titular	
João Verner Juenemann - Titular	
José Luiz Pettrini - Titular	
Lucio Alves Filgueiras - Suplente	
Paulo Euclides Bonzanni - Suplente	

Contador	
Thiago José Martins D'Agostino	
CRC 1SP251416/O-4	

**Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras**

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, Inciso VI do artigo 25, a Diretoria da Multiner S.A., revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado). Declarando que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente aos exercícios apresentados.

São Paulo, 24 de março de 2023

Rodrigo Costa Amarante - Diretor Jurídico e Regulatório

Edésio Alves Nunes Filho - Diretor Presidente

Em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 25, a Diretoria da Multiner S.A., com base nas informações apresentadas pelos auditores sobre os resultados de auditoria e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e conclusão expresso no Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), apresentado sem ressalvas e com ênfase, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

São Paulo, 24 de março de 2023

Rodrigo Costa Amarante - Diretor Jurídico e Regulatório

Edésio Alves Nunes Filho - Diretor Presidente

Os membros do Conselho Fiscal da Multiner S.A., abaixo assinados, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II e VII, do artigo 163, da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o relatório dos auditores independentes da PwC, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os documentos acima mencionados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Paulo, 24 de março de 2023

Jefferson da Silva Barbosa - Conselheiro

João Verner Juenemann - Conselheiro

Fábio Antônio Pereira - Conselheiro

Eduardo Georges Chehab - Conselheiro

José Luiz Pettrini - Conselheiro

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

decorrência, foi instaurada uma arbitragem em 19 de dezembro de 2017 na Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo ("Arbitragem"). Ainda, conforme mencionado nas Notas 1.2 e 19 as demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem contratos de dividas, preponderantemente com os acionistas participantes do Contrato de Reorganização, os quais possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros e não financeiros), que não foram integralmente cumpridas pela Companhia durante sua vigência. Em 1º de fevereiro de 2022, foi proferida sentença no referido procedimento arbitral, definitiva e transitada em julgado após Decisão sobre Pedidos de Esclarecimentos proferida em 5 de abril de 2022, por meio da qual tais dividas foram declaradas inexistíveis em virtude de sua obrigação de conversibilidade. Em 29 de agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas ("Termo de Compromisso") no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral. As partes ainda encontram-se em tratativas para resolução através de acordo, o qual não possui um prazo definitivo para ser finalizado. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude das incertezas relacionadas aos eventuais impactos da conclusão da Arbitragem na posição patrimonial e financeira da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Aspectos relevantes de nossa resposta de auditoria, envolveram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de monitoramento do endividamento e cumprimento das cláusulas restritivas (covenants) existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. Adicionalmente, efetuamos leitura dos contratos de divida e suas respectivas negociações, quando aplicável. Recalculamos os juros e encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos e testamos, em bases amostrais, as captações e pagamentos ocorridos no ano. Também, obtivemos confirmação dos saldos das dividas em aberto em 31 de dezembro de 2022 com as respectivas contrapartes das operações. Recalculamos os índices financeiros monitorados pela administração para acompanhamento do cumprimento dos covenants. Efetuamos leitura dos documentos relacionados ao procedimento arbitral, incluindo a sentença proferida em 1º de fevereiro de 2022, a decisão proferida em 5 de abril de 2022, bem como o termo de compromisso firmado em 29 de agosto de 2022. Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria. **Provisão para demandas Judiciais (Notas 4(p) e 23):** A Companhia e suas controladas são parte passiva em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui provisão para demandas judiciais nos montantes de R\$ 282 mil (controladora) e R\$ 28.537 mil (consolidado) para fazer face a esses riscos, bem como divulga os passivos contingentes relevantes. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia. Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas trabalhistas e cíveis e seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes. Efetuamos o confronto do saldo contábil da provisão com os controles auxiliares do departamento jurídico. Obtivemos junto aos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia, confirmação dos valores e da classificação de perda utilizados pela administração da Companhia para mensuração da provisão para demandas judiciais. Reunimo-nos com o departamento jurídico da Companhia para discussão e entendimento de processos relevantes com classificação de perda possível e provável. Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou envolvimento de terceiros intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2023

**PwC**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rego  
Contador-CRC 1BA024501/O-9

